

UMA ABORDAGEM CULIOLIANA PARA O FENÔMENO DA TRADUÇÃO

Milenne Biasotto-Holmo¹
Universidade Estadual Paulista
milennebiasotto@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho visa mostrar como a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, de Culioli, aborda o fenômeno da tradução. Acreditamos que a tradução é um caso particular de paráfrase que deve ser tratado em termos de equivalência, por ser impossível uma identidade absoluta.

Palavras-chave: tradução, operações enunciativas, paráfrase.

Abstract: This work aims to show how the Theory of Predicative and Enunciative Operations, by Culioli, approaches the phenomenon of translation. We believe translation is a particular case of paraphrase that should be treated in terms of equivalence, as a complete identity is not possible.

Keywords: translation, enunciative operations, paraphrase.

Segundo Arrojo (1986), a “ciência da tradução” foi marcada, grosso modo, por uma visão tradicionalista de que o processo de tradução seria um mero transporte de significados que deveria se tornar “objetivo” através de um “método”. Assim, dentro dessa perspectiva, o texto original deveria ser visto como “um objeto estável, ‘transportável’, de contornos absolutamente claros, cujo conteúdo podemos classificar completa e objetivamente” (ARROJO, 1986, p. 12), e traduzir seria apenas “transportar” o significado supostamente inerente ao original, sem inferir nele, sem “interpretar” o texto de partida.

Dessa visão tradicional depreendem-se os seguintes princípios básicos que definiriam uma boa tradução:

- 1) A tradução deve reproduzir em sua totalidade a idéia do texto original;
- 2) O estilo da tradução deve ser o mesmo do original; e
- 3) A tradução deve ter toda a fluência e a naturalidade do texto original. (TYTLER, 1791 Apud ARROJO, 1986)

Dentro de tal posicionamento, fica evidente que o objetivo principal do tradutor deveria ser ficar o mais “fiel” ao original em sua totalidade e ficar “invisível” no texto traduzido, pois o objetivo fundamental de qualquer tradução seria a “reprodução” do “original” em outro código. Mas transferir o sentido de cada palavra da língua de partida para a língua de chegada só seria possível se cada palavra tivesse um sentido estável e inerente. Em nossa visão, uma expressão linguística (seja ela lexical, gramatical ou discursiva) não traz em si um conteúdo inerente, mas é de natureza variável, maleável, e se define pela função que adquire nas interações das quais participa, isto é, só adquire valores quando contextualizada, quando em funcionamento.

No entanto, atualmente, os conceitos de “fidelidade” e de “invisibilidade” têm sido repensados nas discussões desenvolvidas no campo dos estudos da tradução, como podemos observar em Arrojo (1986):

é impossível resgatar integralmente as intenções e o universo de um autor, exatamente porque essas intenções e esse universo serão sempre, inevitavelmente, nossa visão daquilo que possam ter sido. (...) O autor passa a ser, portanto, mais um elemento que utilizamos para construir uma interpretação coerente do texto. (...) O foco interpretativo é transferido do texto, como receptáculo da intenção “original” do autor, para o intérprete, leitor, ou o tradutor. (...)

Significa que, mesmo que tivermos como único objetivo o resgate das intenções originais de um determinado autor, o que somente podemos atingir em nossa leitura ou tradução é expressar nossa visão desse autor e suas intenções. (...). Em outras palavras, nossa tradução de qualquer texto, poético ou não, será fiel não ao texto “original”, mas àquilo que considerarmos ser o texto original, àquilo que considerarmos constituí-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será (...) sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos. (ARROJO, 1986, p.40-44)

Com isso, a “fidelidade” na tradução deixa de ser entendida como a tentativa de “reproduzir” o texto de partida, e passa a ser relacionada à inevitável interferência por parte do tradutor, à sua interpretação e manipulação do texto. O tradutor começa a se tornar “visível” e a tradução passa a ser produtora de significados e não mantenedora ou protetora dos significados do texto original do autor, pois o “próprio significado de uma palavra, ou de um texto, na língua de partida, somente poderá ser determinado, provisoriamente, através de uma leitura (...) e [o texto] passa a ser uma máquina de significados em potencial” (ARROJO, 1986, p. 23).

Para Goester (1987 Apud ZAVAGLIA, 2002), o tradutor coloca em prática, antes de mais nada, uma operação de reconhecimento a partir dos instrumentos que lhe foram fornecidos pelo autor do texto, isto é, as marcas linguísticas. É partindo desse reconhecimento que o tradutor é capaz de se tornar um produtor de significados, de produzir o seu texto equivalente por intermédio das operações enunciativas. Essa equivalência entre os dois textos traz, no entanto, uma dissimetria, conforme nota Goester:

Para Culioli, nada permite dizer que essa reconstrução seja totalmente simétrica à enunciação e o segundo texto (reconstruído) seja passível de ser superposto ao texto original. Isolar uma tal dissimetria é importante para o estudo da tradução porque ela mostra que o tradutor trabalha a partir

de um texto que não é mais o texto original. Mas um texto filtrado por subjetividade (GOESTER, 1987 Apud ZAVAGLIA, 2002, p.79).

Assim, um sujeito, ao se deparar com um texto a ser traduzido, necessariamente investe esse material gráfico (ou sonoro) de significação, o que caracteriza sua atividade epilinguística.

No momento da enunciação, há uma interação verbal externa, perceptível por meio das trocas linguísticas permitidas pela fala e pela escuta, que, no entanto, é constituída internamente, ou seja, em cada sujeito há um diálogo inconsciente, chamado por Culioli de atividade epilinguística, que se resume na produção e reconhecimento de formas (Apud AUROUX, 1989).

A produção ou construção de formas tem início quando um sujeito marca linguisticamente suas representações por meio do léxico e da sintaxe de uma determinada língua em concordância com sua experiência individual. Já o reconhecimento ou interpretação de formas dá-se quando um sujeito depara-se com formas textuais, sejam elas orais ou escritas, e as investe de significado. O material (gráfico ou sonoro) que representa a interação externa não tem significado por si só, o sujeito é que deve investir este material de significação para falar e ouvir, ler e escrever.

No momento de tradução, como no aprendizado de uma língua, há a ativação desse saber epilinguístico, que seria o caminho interno que cada indivíduo faz para chegar a seu significado particular, ou ainda, “uma atividade metalinguística da qual não se tem consciência” (CULIOLI, 1976, p.18). Essa atividade funciona, basicamente, pela elaboração de famílias parafrásticas, isto é, de enunciados aparentados, cujo parentesco é sustentado por um esquema chamado léxis².

Assim, todo enunciado faz parte de uma família parafrástica, e cabe ao co-enunciador (seja ele escritor, leitor, aprendiz de língua, tradutor) escolher um dentre os enunciados equivalentes. Por ser a escolha individual, esta pode acarretar tanto dife-

renças superficiais como oscilações importantes. Isto significa que um mesmo enunciado pode suportar uma pluralidade de interpretações.

Por ser a atividade epilingüística individual e particular, e por não concebermos um modelo de comunicação linear, em que exista um “universo pré-recortado, sem modulação, nem qualquer adaptação” (CULIOLI, 1999, p. 11), não acreditamos que um sujeito possa se manter totalmente fiel e invisível diante do texto que será traduzido, por mais que ele se esforce. Suas representações mentais e sua atividade de referenciação não são idênticas as de quem produziu o texto original, e por esse motivo, o que vai ocorrer é uma intensa atividade de regulação ou equilibração, ou seja, uma tentativa de compreender o que o autor quis significar, sem a garantia de que se vai ter êxito. Desse modo, para Culioli (1987 Apud ZAVAGLIA, 2002), uma tradução será sempre uma construção de representações totalmente diferentes daquelas do texto de origem, e de um universo também diverso de representação, referenciação e regulação, e por esse motivo, haverá sempre perdas e compensações.

Segundo Culioli (1987 Apud ZAVAGLIA, 2002, p.74), “qualquer que seja o problema abordado (...) percebe-se que uma realidade numa língua torna-se outra quando ela é traduzida. Há, portanto, perda”. E essas perdas devem ser compensadas. É de um ajustamento (processo de regulação) entre o texto de partida e a tradução, que se dá a partir dos rastros textuais deixados pelo autor, que o tradutor produz sua tradução e esse ajustamento é exatamente o causador das “perdas” na tradução, mas é também o responsável pela “compensação”. Desse modo, a partir do equilíbrio entre perda e compensação, Culioli mostra-se favorável a uma tradução que seja fiel ao sentido, mas não a uma preservação ilusória do texto de partida.

Já que o texto traduzido é filtrado por subjetividade, não podemos falar em “fidelidade” e “invisibilidade” totais. No entanto, também não podemos dizer que a liberdade de quem traduz pode

ser plena. Segundo Costa (2005), “o texto original limita o novo texto de inúmeras maneiras, sendo a mais visível delas o fato de que o texto do tradutor deve ter um alto grau de semelhança com o seu correspondente original para que seja reconhecido como uma tradução” (p.26) ³. Nos estudos de tradução, de acordo com o autor, essa semelhança é atualmente denominada equivalência.

A questão da equivalência pode também ser encontrada no fenômeno parafrástico. Como segundo Culioli, “a tradução é um caso particular de paráfrase” (CULIOLI, 1976, p.29), faremos uma breve exposição de como a paráfrase é abordada segundo a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. Para tanto, recorreremos a uma obra bastante atual que, em nossa opinião, se propõe a analisar o tema em sua totalidade. Trata-se de *La Paraphrase* de Catherine Fuchs (1982).

Culioli insere-se em uma corrente denominada por Fuchs (1982) “sintático-semântica”. Essa corrente aborda a paráfrase em termos de semelhança, de proximidade, de equivalência semântica, e não em termos de identidade absoluta. Essa equivalência seria fundamentada na existência de um tipo de significado de base sobre o qual se agregariam as diferenças semânticas secundárias, não pertinentes ao estabelecimento da relação de paráfrase. Essa invariante comum corresponderia, em geral, ao conteúdo proposicional lógico, e receberia, segundo Fuchs (1982), diferentes nomes: “estrutura profunda”, na gramática gerativa; “estrutura muito profunda”, para Martin; “fórmula semântica”, para Mel’cuk; “esquema conceptual”, para Pottier; e léxis, para Culioli⁴. A corrente sintático-semântica não só pretende relacionar as formas linguísticas da paráfrase como também analisar, com o máximo refinamento possível, as relações semânticas que unem as paráfrases.

O que constitui a contradição fundamental da paráfrase é a transformação progressiva do “mesmo” (sentido idêntico) em “outro” (sentido diferente): ao se dizer uma “mesma” coisa, acaba-se por dizer “outra” coisa. Uma das manifestações dessa contradição se encontra na ausência de consenso dos sujeitos: a variabilidade das

reações dos locutores em relação à paráfrase traduz, na realidade, o caráter móvel e subjetivo das fronteiras que cada um estabelece entre o “mesmo” e o “outro”, em função do contexto e da situação. E essa variabilidade raramente é levada em conta pelos linguistas, por confrontar-se com a possibilidade de uma abordagem da paráfrase em termos de uma relação estável inscrita no próprio sistema da língua, como objeto de consenso entre os locutores desta língua. Ao tentar apreender a paráfrase como uma relação objetiva, o linguista choca-se com a impossibilidade de identidade semântica absoluta, e depara-se com o seguinte dilema: ou renuncia a apreender a paráfrase, ou abandona a idéia de paráfrase como identidade semântica e passa a tratá-la em termos de equivalência semântica.

Desse modo, instaura-se uma nova problemática: a constatação da impossibilidade de se estabelecer em língua uma relação de identidade semântica (de sinonímia absoluta) e a insistência sobre as diferenças semânticas entre as sequências candidatas a paráfrase. Frente a isso, duas posições são possíveis: ou se tem um desinteresse em relação à paráfrase – não haveria relação parafrástica em língua, já que a cada vez que se acredita tê-la, é possível mostrar que na verdade existem diferenças semânticas, ou ao contrário, há uma retomada de interesse pela paráfrase, abandonando-se a idéia de identidade de sentido, e ela [a paráfrase] é abordada em termos de semelhança, de proximidade, de equivalência semântica.

Nossa comparação, juntamente a Culioli, entre tradução e paráfrase deve-se ao fato de o tradutor controlar as derivações na tradução assim como o linguista constrói e controla as derivações parafrásticas, e assim, a prática do tradutor traz similitudes com o trabalho metalinguístico realizado pelo linguista em suas análises textuais. Por considerarmos a tradução um caso particular de paráfrase, o que se discorreu acerca da equivalência semântica no que diz respeito à paráfrase pode ser perfeitamente transposto para o ato de tradução. Como haver uma identidade absoluta (fidelidade) entre o texto fonte e o texto traduzido, se a diversidade experiencial dos sujeitos, suas representações e referências são diferentes, se

a comunicação não é simétrica e não garante perfeita compreensão? Na realidade, é preciso, também na tradução, falar em termos de equivalência e proximidade. “A tradução marca, segundo o ponto de vista de Culioli, equivalências.” (apud ZAVAGLIA, 2002, p.76). No entanto, há sempre uma variação significativa entre dois enunciados em situação de tradução, pois lhes são atribuídas significações que não podem ser controladas, pois ninguém pode controlar ou dominar os valores desencadeados pelas sequências textuais que enuncia em si mesmo ou no outro. Sendo assim, o autor (CULIOLI, 1976, p.14) diz que não se pode falar que um enunciado traduz outro ou que há equivalência simplesmente por se ter o sentimento de que eles dizem aproximadamente a mesma coisa. É preciso mostrar, por manipulações, que se tem um número de operações que fazem com que esses enunciados possam ser considerados equivalentes.

Quando falamos em línguas naturais, estamos falando de diversidade. Quando falamos em tradução, falamos da passagem da diversidade de uma língua para a diversidade de outra.

Para a linguística, a diversidade das línguas se impõe como uma realidade impossível de se esquivar, e por esse motivo, a busca de uma unidade comum para todas as línguas se faz presente em muitas pesquisas.

Essa unidade comum (unidade profunda) já é mencionada por Saussure, em primórdios do século XX, no Curso de Linguística Geral:

cada língua constitui praticamente uma unidade de estudo e nos obriga, pela força das coisas, a considerá-la ora estática ora historicamente. Apesar de tudo, não se deve esquecer que, em teoria, tal unidade é superficial, ao passo que a disparidade dos idiomas oculta uma unidade profunda (SAUSSURE, 1995, p.116, grifo nosso).

André Martinet (1950), posteriormente a Saussure, caminha no mesmo sentido ao dizer que: “se todos os homens habitam o mes-

mo planeta e têm em comum a circunstância de serem homens com tudo que fica aí implicado em termos de analogias fisiológicas e psicológicas, pode-se esperar descobrir um certo paralelismo na evolução de todos os idiomas”. (MARTINET, 1950 apud MOUNIN, 1963, pp.184-185)

Ao pensamento desses autores podemos juntar o de Joshua Whatmough (1956), que acrescenta: “por mais diferentes que sejam os aspectos da linguagem (...) existem, não obstante, certos universais fundamentais, intrínsecos à linguagem, que reaparecem em todas as línguas particulares (...)” (WHATMOUGH, 1956 Apud MOUNIN, 1963, p.183)

Talvez a mais conhecida teoria linguística que se ocupou da tarefa de buscar uma unidade comum entre as línguas seja a Gramática Gerativa Chomskiana. Ela postula “a existência de um conjunto de *princípios* inatos universais (regras fixas, independentes das línguas) e de um número finito de *parâmetros* susceptíveis de variar de língua a língua, cada um com um número reduzido de valores. (FUCHS, 1997, p.6. grifos da autora).

Na teoria culioliana, a noção de universais (concebidos de forma estática) é substituída pela noção de invariantes dinâmicas, e assim sendo, o sentido, nas línguas, seria construído por meio do jogo e da interação entre marcas, que não seriam mais símbolos portadores de um conteúdo substancial, mas operadores que sinalizariam instruções para a elaboração de configurações ou esquemas significantes. (FUCHS, 1997, p.18)

De acordo com Culioli, “se não houvesse, de língua a língua, propriedades gramaticais comuns, uma certa correspondência entre noções, e então a possibilidade de construir esquemas gerais, não haveria tradução possível” (CULIOLI, 1976, p.163). Desse modo, quando estamos diante de duas línguas, devemos levar em consideração que cada uma delas representa agenciamentos de marcas, de configurações que vão variar, à primeira vista, mas que num segundo momento, poderemos procurar suas regularidades (CULIOLI, 1976, p.9). Assim, a tradução vista de dentro da TOPE, implica

na necessidade de se considerar um nível profundo que permita a passagem de uma língua a outra. Esse nível profundo é a própria atividade de linguagem, isto é, a própria capacidade inata que todo ser humano tem de representar, referenciar e regular.

Amparados nas reflexões acima expostas, pensamos que um sujeito, ao traduzir um enunciado, parte de uma léxis, para então anexar a ela as categorias gramaticais de modalidade, tempo, aspecto e diátese.

Tomemos o exemplo francês: *L'enfant a mangé la pomme*.

Desse enunciado depreendemos a seguinte léxis: <*enfant, manger, pomme*>. A esse esquema primitivo são acrescentadas, no momento da enunciação, as categorias de tempo e aspecto (aqui marcadas pelo *passé composé*), de determinação (que no caso do francês é representada pelos artigos. Há línguas que não possuem artigos, e portanto, a determinação é feita a partir de outras marcas) e de diátese (a *criança* – por ter a propriedade de ser “comedora” – é que come a *maçã* – que tem a propriedade de ser “comestível” – e não o inverso. A relação é marcada pela agentividade de *criança*).

Se formos traduzir esse enunciado para o português, partiremos da léxis em francês <*enfant, manger, pomme*> e procuraremos reconhecer as operações linguagísticas em questão, colocando em funcionamento nossa atividade epilinguística. Assim, construiremos uma léxis na nossa língua (que nesse caso, equivale a léxis francesa), <*criança, comer, maçã*>, e uma família parafrástica que a representaria, por exemplo: “A criança comia maçãs”, “Uma criança comeu uma maçã”, “A criança comeu a maçã”, etc. Entre as várias paráfrases, elegeremos aquela que nos parece recuperar as operações que estão em jogo no texto fonte, neste caso: “A criança comeu a maçã”.

Pensamos agir desse modo aqueles que se propõem a traduzir. A partir de sua atividade epilinguística, eles buscam, na sua experiência com a língua estrangeira e com a língua materna, encontrar uma forma que marque as operações em jogo no texto fonte.

Tornando práticas nossas reflexões, passemos a algumas análises, não sem antes apresentarmos os conceitos fundamentais da TOPE para facilitar o desencadeamento do raciocínio.

Noção e Domínio Nocial

Culioli (apud FRANCKEL, 1998, p.56) define a noção como: “um feixe de propriedades físico-culturais, sem lhe conferir um estatuto, propriamente dito, linguístico, apresentando-a como uma entidade híbrida, entre o mundo e as representações culturais de um lado, e a língua, do outro”. As noções são compostas, desse modo, por propriedades físico-culturais, também chamadas propriedades primitivas, que não são necessariamente universais, já que elas podem variar de cultura a cultura. (CULIOLI, 1976).

As noções emergem como ocorrências através de realizações particulares, isto é, em um contexto específico. Elas são captadas no momento da enunciação podendo adquirir diversas propriedades.

O domínio nocial é construído ao redor de uma ocorrência-modelo ou ocorrência privilegiada, que é identificada como o exemplar da noção, chamado centro organizador (CO). As ocorrências que apresentarem diversas propriedades em comum com o CO pertencerão ao *Interior* do domínio nocial. As que não as tiverem, pertencerão ao *Exterior*. Entre o *Exterior* e o *Interior* do domínio, existe um *Fronteira*, que pode ser representada como a zona em que as ocorrências menos típicas do *Interior* se sobrepõem às ocorrências menos típicas do *Exterior*.

Operação de extração

A operação de extração, como o próprio nome sugere, consiste em extrair do conjunto das ocorrências que formam o domínio nocial de uma noção uma ocorrência específica. Por exemplo,

se estamos em um lugar qualquer e vemos um cachorro, podemos dizer: *Aquele cachorro não para de latir!* Neste momento, extraímos da noção /cachorro/ uma das diversas ocorrências que a constituem, que foi atualizada pelas marcas *aquele* e *cachorro*.

Operação de flechagem

Trata-se de uma operação que identifica uma ocorrência posterior de uma noção com uma ocorrência anterior. Se o cachorro a que nos referimos acima retorna após algum tempo ao lugar em que estávamos e dizemos: *O cachorro continua latindo!*, estamos extraindo uma segunda ocorrência da noção /cachorro/ e identificando-a com a primeira. É isso o que caracteriza a operação de flechagem.

Operação de varredura

A operação de varredura consiste em percorrer todas as ocorrências de um domínio nocional sem se deter em nenhuma delas. Assim, se dizemos: *O cachorro é considerado o melhor amigo do homem*, estamos nos referindo a todas as ocorrências da noção /cachorro/.

Categorias Gramaticais: a modalidade

A modalidade consiste, para o enunciador, em afirmar quais são, aos seus olhos, os graus e condições de validação da léxis predicativa. Culioli distingue quatro ordens de modalidade (Cf. CULIOLI, 1976, pp.69-74).

A primeira ordem de modalidades corresponde à asserção (afirmação ou negação), à interrogação e à injunção. Na asserção, tem-se dois valores, e o enunciador precisa escolher ou um ou

outro, sem nenhum caso intermediário (verdadeiro ou falso, 0 ou 1, positivo ou negativo). Na interrogação, o enunciador dá ao seu co-enunciador a opção de escolher uma das três possibilidades: p, p' ou nenhuma das duas, podendo esta terceira possibilidade representar a vontade de não responder, o silêncio, ou outra maneira de responder, como por exemplo, “eu não sei”. Na injunção, tem-se as possibilidades “sim”, “não”, “talvez”; o talvez sendo nem sim nem não, mas podendo se tornar sim ou não.

Na segunda ordem de modalidades, reúnem-se o provável, o verossímil, o possível e o eventual, ou seja, os valores estão entre 0 e 1.

A terceira ordem é a das modalidades apreciativas. Neste caso, o enunciador faz um julgamento apreciativo de satisfação ou insatisfação, de normalidade ou anormalidade, de valor, imprime um sentimento pessoal a um fato.

Enfim, a quarta ordem equivale às modalidades intersubjetivas, quer dizer, há uma relação entre dois sujeitos, que é estabelecida por meio do deôntico (é preciso, deve-se), do querer ou da permissão.

Expostos esses conceitos, passemos às análises.

Análises

Observamos traduções feitas por aprendizes de língua francesa do curso de Letras da Unesp de Araraquara em diferentes estágios de seu aprendizado (1° ao 4° ano). Escolhemos as traduções de um enunciado em francês (*À ne pas croire!*) como base de nossas análises⁵. Várias foram as possibilidades de tradução encontradas pelos alunos para o enunciado: *Não dá para acreditar!*, *É inacreditável!*, *Não posso acreditar!*, *Não acredito!*, etc.

Por uma questão espacial, apresentaremos apenas um enunciado analisado: *Não dá para acreditar!*

Glosando esse enunciado obtemos: isso é uma coisa que não dá para acreditar!, de onde extraímos a seguinte intricação de léxis:

λ_1 < isso ser coisa > λ_2 < coisa (dar para) acreditar >

Em λ_1 , há uma operação de localização (isto é, uma identificação entre *isso* e *coisa*, em que o último termo é localizado em relação ao primeiro). A ocorrência de *coisa* passa por uma operação de extração, isto é, entre todas as ocorrências da noção /coisa/, uma é escolhida e quantificada. Essa determinação se dá por meio da marca *uma*. Em λ_2 , que é localizada por λ_1 , há uma operação de flechagem sobre a noção /coisa/ que parece em λ_1 , ou seja, a noção /coisa/ é atualizada, recebendo a propriedade *ser acreditável/ser não-acreditável*, propriedade que lhe é atribuída por meio da marca *para*.

Para dar sequência ao nosso raciocínio, faremos algumas considerações acerca da noção /acreditar/, fundamental nos enunciados constituintes de nosso *corpus*:

- A) *Eu não acredito em fantasmas.*
- B) *Não acredito que você me desobedeceu!*
- C) *Acredito totalmente nas palavras dela.*
- D) *Acredito que o melhor a se fazer é procurar um médico.*

O que nos parece estar subjacente a todos esses exemplos é o fato de a noção /acreditar/ sempre implicar em um julgamento por parte do sujeito. Um sujeito que não acredita em fantasmas julga que eles não existem. Não acreditar que alguém tenha desobedecido suas ordens implica em um julgamento de desobedecer como algo inadmissível. Acreditar totalmente nas palavras de alguém é julgar essa pessoa confiável. Enfim, acreditar que uma coisa é o melhor a se fazer indica julgar todo um rol de opções, do qual se escolherá a opção mais adequada.

Em relação à λ_2 , chama-nos a atenção a estrutura “dar para”, muito distante do uso “dar alguma coisa para alguém”. Tentamos, com a criação de exemplos e glosas, entender seu funcionamento.

- 1) *O pneu furou. Dá para você me ajudar a trocá-lo?*
- 2) *Que sapato caro! Não dá para fazer um preço melhor?*
- 3) *Tenho prova amanhã e vou passar a noite estudando. Não dá para ir à festa.*
- 4) *Suas desculpas são tão ridículas que não dá para acreditar!*

Observando esses exemplos, “dar para” poderia ser substituído por “ser possível”, “ter como” e “poder”. Todas essas estruturas remetem ao domínio das possibilidades. Além disso, parecem sempre estabelecer uma relação intersujeitos (não necessariamente duas pessoas diferentes. Pode ser o próprio enunciador falando consigo mesmo, tentando equilibrar-se). Em 1 e 2, isso fica claro, já que se tratam de interrogações, isto é, o recurso ao outro (relação intersujeitos) é explícito. Em 3, podemos dizer que há essa relação, no entanto ela esta implícita, mas pode ser vislumbrada se tentamos reconstruir o contexto anterior ao momento de tais enunciações. O enunciado 3 pode ser uma resposta a alguém que quer saber por que o outro não vai à festa:

- *Por que você não vai à festa?*
- *Não dá para ir à festa porque tenho prova amanhã e vou passar a noite estudando.*

Em 4, faz-se uma crítica às atitudes do outro, o que torna nítida a relação entre os interlocutores (aquele que faz a crítica e aquele que a recebe).

Em relação ao enunciado *Não dá para acreditar!*, ao substituir “dar para” por “ser possível”, “ter como” e “poder”, o que observamos é a presença da modalidade 2 (domínio das possibilidades). A modalidade 3 também se faz presente: a noção /acreditar/ implica em um julgamento e o sujeito que enuncia faz um julgamento apreciativo em relação a um fato: (esse fato, em minha opinião, é uma coisa que *não dá para acreditar!*).

Quanto à relação intersujeitos, não há recurso ao outro. O enunciador tenta buscar, em sua experiência, uma estabilização

para o enunciado. Vejamos o domínio nocional de /acreditar/ neste enunciado:

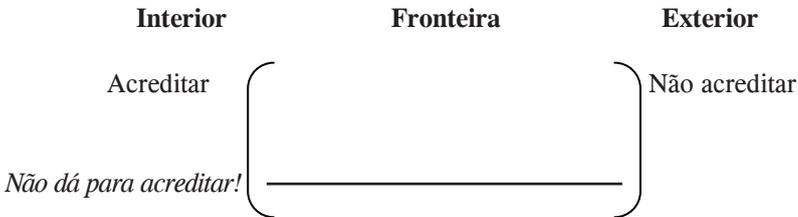


Figura 1: Domínio Nocional

O enunciado *Não dá para acreditar!* representa uma operação de varredura sobre a classe de ocorrências da noção /acreditar/, que vai do interior do domínio à fronteira com o exterior, não havendo estabilização da noção. O enunciador, ao dizer “não dá para acreditar!”, não está dizendo se acredita ou não acredita, mas apenas que algo não era esperado e foi realizado/observado. Isso pode desencadear a surpresa (eu jamais esperei que pudesse acontecer, mas aconteceu!), que é marcada pela exclamativa.

Por exemplo: Não dá para acreditar que ele fez isso, mas ele fez!

(algo não era esperado)

(algo foi observado/realizado)

Assim, “dar para” marca uma relação entre Expectativa e Realização/Observação.

Não dá para acreditar! conduz ainda a duas possibilidades: é possível que eu acredite; é possível que eu não acredite. E desse modo, instaura a incerteza, a dúvida. Nesse momento observam-se novamente a modalidade 2 (incerteza) e a modalidade 3 (surpresa, marcada também pela exclamação)

A marca de infinitivo em *acreditar*, indica um aspecto não pontual (não ocorre em um momento preciso) e é a estrutura “dar para” em sua forma negativa (não dá para) que define o proces-

so como inacabado, pois coloca um obstáculo entre “acreditar” e “não acreditar”, definindo que o enunciador não se decidiu ainda por acreditar ou não.

Dentro do domínio nocional de /acreditar/, não há passagem de *acreditado* para o *não acreditado*, ou seja, não há uma transformação (*coisa* passar de *acreditada* para *não acreditada* ou vice-versa). Por esse motivo, não há relação de agentividade nesse enunciado.

O enunciado *Não dá para acreditar!*, embora não possua o mesmo esquema de léxis e não seja uma tradução literal, “fiel” ao texto de origem, apresenta-se como uma boa saída tradutória, recuperando o sentido e o contexto do enunciado-fonte. Consideramos uma boa saída tradutória, pois pensamos, juntamente com Culioli, que “a tradução é um caso particular de paráfrase” (CULIOLI, 1976, p.29) e, sendo assim, deve ser abordada em termos de equivalências, e não como identidade absoluta.

Entendendo a comunicação como não sendo simétrica e não garantindo perfeita compreensão, e levando em conta a diversidade experiencial dos sujeitos e as diferenças entre suas representações e referenciações, uma identidade absoluta (fidelidade) entre o texto fonte e o texto traduzido torna-se impossível. A solução, em nossa opinião, é trabalhar no âmbito das aproximações: julgar, apreciar, avaliar, diferenciar, remontar significados, procurar diferenças e pontos em comum. Enfim, explicitar algo que nos é tão familiar: nossa atividade epilinguística, mecanismo que nos permite produzir e reconhecer formas e agenciamentos linguísticos.

Notas

1. Doutoranda do Programa de Linguística e Língua Portuguesa da Unesp/Araquara.
2. Qualquer enunciado origina-se de um modelo básico de predicação que inclui um predicado e dois argumentos. Esse esquema inicial é chamado léxis.
3. Apesar de haver uma aparente contradição entre a afirmação de Culioli (1987 Apud ZAVAGLIA 2002) de que uma tradução será sempre uma construção de representações totalmente diferentes daquelas do texto de origem e a afirmação de Costa (2005), ao dizer que o texto traduzido deve apresentar um alto grau de semelhança com o original, esses dois pontos de vista podem ser conciliados pelo fator “regulação”. As representações mentais do autor do texto e do tradutor são sim totalmente distintas, pois, retomando o que nos diz Arrojo “nossa interpretação do texto de partida, será (...) sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos” (1986, p.40-44). E os seres humanos, como seres únicos e distintos, constroem representações diferentes. No entanto, isso não pode ser interpretado como algo inconciliável, desordenado. É exatamente a capacidade que temos de regular nossas representações em relação às representações de nosso interlocutor que nos possibilita compensar possíveis perdas e alcançar um alto grau de semelhança entre o texto de origem e o texto traduzido.
4. Entre essas diversas representações da “invariante de partida”, há diferenças técnicas e também diferenças em relação ao estatuto teórico de invariante. Fuchs (1982).
5. Agradecemos a gentileza de Zavaglia (2002) em nos ceder seu banco de dados.

Bibliografia

ARROJO, R. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ARROJO, R. *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.

AUROUX, S. *Histoire des idées linguistique: La naissance des métalangages en Orient et en Occident*. Tome 1. Bruxelles: Pierre Mardaga Editeur, 1989.

COSTA, W. C. O texto traduzido como re-textualização. *Caderno de Traduções* n. 16, vol. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.cadernos.ufsc.br/online/cadernos16/walter.pdf>>. Acesso em: 1/11/2005.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Formalisation et opérations de repérage. Tome 2. Paris: Ophrys, 1999.

_____. *Transcription du Seminaire de DEA: "Recherche en linguistique: Théorie des Opérations Enonciatives"*. Paris: Université de Paris VII, 1976.

FUCHS, C. Diversité des representation linguistiques: quels enjeux pour la cognition? In: FUCHS, C.; ROBERT, S. (eds.). *Diversité des langues et representations cognitive*. Paris: Ophrys, 1997. p.5-24

_____. *La paraphrase*. Paris: PUF, 1982.

MOUNIN, G. Os problemas teóricos da tradução. (Trad. Heloysa de L. Dantas). São Paulo: Editora Cultrix, 1975 [1963].

SAUSSURE, F. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 1995. 20ª Ed.

ZAVAGLIA, A. *Da invariância da linguagem à variância das línguas: contribuição para a elaboração de uma teoria enunciativa da tradução como um caso particular de paráfrase*. (Tese de Doutorado). Araraquara: 2002.

